

por Actas da Blva Faz
ACTA N° 3 28/09/90

As duas diás do més, dirgo, do vinte e oito diás do més de Setembro de mil novecentos e noventa, essa vinte e uma hora, deu-se inicio à primeira sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações do Senhor Presidente acerca da actividade municipal;
2 - Apresentação e votação de alterações ao Regulamento dos subscritores;
3 - Apresentação e votação sobre o projecto da Câmara para actualização de um empêctuo a condizer junto do INT para a constância de 18 fogos habitacionais em Alter do Chão.

h - Intervenção da Câmara ou Associação do Municipio do Distrito de Ponte de Pedra;

5 - Apresentação e votação de projecto de Câmara sobre "Contrato e Convencimento" para o quadriénio 1990/1993.

6 - Fixação do dia e horário das reuniões das Assembleias.
Foste e chamaste constar-se e falei do deputado José Afonso Serrão, falei justificada por causa da forte de Messe.

28/02/90

No período entre de ordem do dia e o advento da Mocidade, Drº Eugénio, comecou por levar-se nos bens sido enviado a todos os membros da Assembleia, os documentos em discussão tendendo ate' ao que, sobre isto, diz o Regulamento. O deputado Narciso Cardoso fez-lhe perguntando porque não lhe tinham sido enviados os documentos que justificava o ponto 2, 3 e 5 da ordem de trabalho. E pediu esclarecimentos sobre a questão já levantada no stesso anterior encontro de um previsor atuito, na sua opinião, passado por um funcionário da Câmara.

Após bairros de correspondência fez-lhe perguntas o deputado Sr. José Aco no intuito de apresentar uma Moção que, após bairros, foi posto à discussão. Esclareceu o 1º subscritor da Moção que a intenção de C.P. é banir invocando o transporte de pessoas quando e circular composito muito enlameado para depois apresentarem as estatísticas com número de utilizadores extremamente baixo e considerarem inválidas as reuniões que lhes apontava. Esclareceu ainda que o transporte de mercadorias só pode ser feito entre algumas estações, não chegando a C.P., enlameadas para todo o contorno. Achou, pois, propriedade esta designação, com intuito para dizer, achando que todos os bairros do Distrito devem unir-se e coligir esforços no sentido de evitar o desgaste da C.P. tendendo a desativar algumas estações e a suprir comum de duas já desativadas pelas deficiências de transporte. Foi posto à votação a Moção sendo a mesma aprovada por unanimidade com a seguinte emenda: Moção - fazendo o Concelho de Alter do Chão parte cívica do Distrito que tem a população mais envelhecida da Europa, não pode a Assembleia Municipal deste Concelho ficar indiferente ao seu serviço que o Concelho de Fátima Portuguesa é P.R. vira fazendo a este mesmo População. Com Empreza Pública e portanto vocacionada para prestar um serviço social vêm tornando difícil e deslocação de pessoas idosas nestes transportes, optando pelo substituto de caminhar direto por vias automotoras que já circulam na linha do bairro há cerca de 40 anos, obrigando assim

28/02/90

o passarão a formar inquéritos unidimensionais no Ponto de Sóis e Tunes da Viseu. A seu apurado, deve a mesma ser enviada à Assembleia Distrital. O bloco Parlamentar do Partido Socialista.

A Presidente da Mesa sugeriu logo após, a leitura dos actos da sessão anterior. Posto a votação foi a mesma aprovada com 16 votos a favor e 3 abstenções justificadas com a sua oposição pelo deputado Dr. Vazinha, Dr. Mabiliz e António Ferre que entretanto substituiu o deputado José Afonso Melhorin na Assembleia. A Presidente da Mesa, Dr. Vazinha, tomou a palavra sugeriu a mesa que se deslocasse um ponto seletivo à ordem de trabalhos com a seguinte redacção: Enviar os actos da sessão anterior, em alternativa a todos os deputados ou a todos da Assembleia. Posto a votação este projecto, foi a mesma aprovada por maioria com 2 abstencões do Dr. Vazinha que em declaração de voto considerou não julgar correcto o aditamento de mais ponto à uma ordem de trabalhos já de si tão extensa, correndo-se o risco de tornar num banzinho os sessões com este acrescento de última hora, independentemente de considerar correcta a discussão deste assunto.

A Presidente de Mesa aceitou o repto mas referiu que este assunto é demasiado importante para que se continue numa situação de indefinição permanente, constatando que, sobre isto vedo se sahe de concreto só depois de feito o convocatório para a Sessão. Posto isto entrou-se na ordem do dia com a informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a actividade da mesma.

Dada a palavra do Presidente da Câmara concernente o cumprimento expresso a sua intenção de abertas ao diálogo de forma a que seja profícuo o trabalho de todos no âmbito do serviço à população do Concelho.

No que se refere ao trabalho de Câmara referiu as dificuldades de se enquadra com todos os problemas da forma a fazer genericamente, desejando fazê-lo com equipa com todos a vontade. Achou que sabendo muito os problemas com que uma Câmara do interior se vi confrontada,stando a que a regionaliza-

28/02/90

çõe ainda não fore feita e é outro factor de gestão como o de interpretar os do próprio eleito, que se vêem confrontados com os mais diversos problemas para os quais, muitas vezes, não estão certificamente preparados, sendo sua intenção superior à Assembleia do Municipio, diso a Associação de Municipios Portugueses e existência de curta de formação ou de seminários que de alguma forma confirmam essas competências.

No respeito pelas licenças, disse o m. Presidente, ter já reunido com os directores distritais e regionais na tentativa de resolver alguns problemas, não estando esclarecida a reacção da Secretaria e ministério se para a resolução das mesmas tal se mostrava necessário. Referiu a este respeito a reunião com o Vice-Presidente do O.I.D. afim de esclarecer sobre as obras que o referido progresso se comprometeu e subscidiou em 70%, tendo sido comunicado, embora disso não tenha dito a certeza, que as mesmas, e não outras iniciadas no seu percurso, foram previstas, restando a sofrer um financiamento numa redução de 15%. Exemplificou com (ex) a provisão EPAR que consta do Plano de actividades para o seu encerramento, financiada no âmbito deste progresso e para cuja execução ainda nem sequer existem termos.

Indo no âmbito da sua actividade referiu reuniões com a Junta de Freguesia, com o Zambujim e com o IGAPHE, dizendo que este Instituto deve situar em todo o Brasil do antigo Fundo de Fomento no Concelho, não só a Habitação mas também as lojas.

Em relação ao desenvolvimento considerou o mesmo difícil, pois as vias de comunicação estão num estado lamentável. No entanto as informações que puderem ser fornecidas e seu percentual de conclusões, esforçam-se a feitura da estrada Alter-Pontinha com uma completa coordenação também com o Concelho do Crato e que inclui uma ligação rápida a este vil. Embora não esteja perto de terminar, muito ruim, em acção concertada com outro Município, de modo a superar este grande obstáculo no desenvolvimento. Distrital. Falam também no projecto de uma nova ponte na

28/02/90

estende de Ponte-Sôr para a mesma ser autorizada, faltando só definir o sitio da mesma: a montante ou jusante da de vila formosa. Isto as duas hipóteses.

Dirá ainda ser autorizada com frequência por elementos da população o que lhe faz saber que as duas missões técnicas do Concelho sob o desemprego, foram principalmente, e a Habilidades. A este respeito refere a constância para haver das 18 fogos prevista em Planos para Altera, estando neste Assentamento o pedido de autorização para construir empreendimentos junto do INAT.

Em relação à piscina achou que a mesma vai ficar demorada cerca, cerca de 95 mil contos na adjudicação, embora a verba prevista fosse de 15 mil contos e sobre este incidente a participação do O.I.D. Embora se manifestasse contra as piscinas cobertas, como a que está, a mesma obra deverá ter início ainda em Março.

Dos estrados em construção no Concelho fez saber que a 2.4.53h até à aldeia de Vata continua em ritmo aceitável. Quanto à estrada da Chancelaria registou problemas com o encanamento, pois a mesma alega o seu tempo para pedir sete mil contos mais, além do acordado na adjudicação. Prometeu analisar os custos dos problemas em conjunto com o G.A.T e a C.C.R.

Outro problema com encanamento, disse, é o que te põe com o Sr. Nuno Martins, a quem foi adjudicado o Centro Dia de Chaves, e cuja obra está parada. Deu-lhe um prazo de 20 (dez) dias para se resolver.

No dia que de manhãs foi feito um convite para convívio entre os homens de trabalho e para grande romaria, apesar de pensar que o mesmo faria é, sempre foi, demasiado pequeno e ainda mais agora com o autocarro novo que este provisoriamente graduado num caso particular foi "dividido na metade", disse.

Resumiu e seguiu de seguida formar o estado financeiro da Covare: não é com despendente mas tem que andar com

28/02/90

dificuldade financeira. É isto porque, segundo refiriu, e numa 1^a enélide à Câmara de Lisboa em 31/12/89, 32 mil contr., o que tornou difíceis os pagamentos, optando-se por fazê-lo em faturas bancárias - este é um acto, no entanto, que mais dois ou três meses e a situação estaria resolvida, pois também haveriam receitas em perspectiva. É exemplificado com a venda da banca do Boticário em Chaves, que rendeu 120 000 mil contr.; a venda da banca na Zona Industrial, cerca de cinco mil contr. e a venda de dez geladeiras que renderam cerca de 3.500 contr. Até aqui ainda as dificuldades financeiras eram a uma má enélide do executivo anterior em rebocar a fatura de despesas e a caso com o pessoal que, revidada a fatura, agressivamente, só no mês de fevereiro, em 3.600 contr. as despesas com ordenador atrasado. Neste mesmo caso os pagamentos de todos os ordenadores atrasados, por ordem do Tribunal, do Sr. Augusto Pernicchia que se encontrava suspenso há já algum tempo o pagamento de parte do ordenador que já foi retirado do Francisco Braga, por se considerar que sendo o mesmo uma reforma das Forças Armadas, não poderia receber o ordenador por interno. Há, no entanto, segundo o Sr. Presidente, despesas ligadas à Câmara vai ter que fazer face caso de rejeição de Recurso onerado em 3.600 contr. mas entre que non 1.200 após discussão.

Ainda no imbito financeiro informou que a metade do Fundo de Equilíbrio Financeiro (F.E.F.) é de 16.051 contr. mensais mas que só em cerca de 100 funcionários da Câmara existem um ordenador cerca de oito mil contr. por isso, o mês de fevereiro, no qual só um ordenador se dispõe tem 13 mil contr., o mês de março é o 13º mês.

Sobre o assunto levantado pelo Nuno Cardoso no Assembleia anterior e no período entre da ordem da dia, informou o Sr. Presidente terem sido nomeados três funcionários para compor esse assunto que passaria a falar de Imobiliário.

Em reboco ao envio de fotocópias para todos os membros da Assembleia aclarou que seria de considerar não só a despesa

28/02/90

as fotocópias uma a outras de bento dos funcionários que
seja preciso para outras deputadas. Aprovado para manifestar
intervenir em reuniões informais em reuniões e assembleias.

Pede esclarecimento pediu a saber o deputado José Eduardo
para constatar o seu desejo satisfeito, já que o Presidente o refiriu,
de que este executivo se desbancasse sobre o Plano anterior-
mente aprovado; reforçar a forma e necessidade das fotocópias
das actas e enviar à Assembleia para evita esforço
de exposição das grandes do Sr. Presidente; levantar o problema
do funque do mercado, extremamente desgraçado e o mane-
jamento do comitê de Change.

Outras diligências interviram: O Dr. António para falar do
O.I.D. e das verbas destinadas a Ponte de Ligeiro; o Dr. Vazinho
pedindo esclarecimento sobre o inquérito referido; a Joaquim
Mário perguntando a localização das 18 fogos; o Sr. José Aze-
vedo e querendo das estradas e das estradas ricas de comunicações
e o Dr. Augusto pedindo informações complementares sobre a
escola Profissional, sobre a escola C+5, sobre o orçamento
da Câmara e pedindo o envio do fórum de cidadãos apro-
vado na legislatura anterior.

Indebatido o Sr. José Azevedo pediu a saber para solicitar um
pequeno intervalo, porque sua vinda foi escrita por unanimidade.

Louvo após o Sr. Presidente dar as respostas solicitadas esclare-
cendo o que sabia sobre o O.I.D. e sobre a redução de 15%
nas verbas atribuídas às obscuras, prevista, se não iniciem e
detinham-se mais sobre a escola profissional que estiver em
estudo para a conclusão referido que é semelhante de
outro e devido ao descacido do Ensino Técnico-Profissional
daria mais possibilidades de emprego até mesmo ao nível
de C.E.E., pois as mesmas aderem à Costa Verde.

Pediu a saber o deputado Carita para perguntar onde,
na sequência das contactar com a população, dentro do
Sr. Presidente que havia mais desemprego e dificuldades de
habitabilidade. Aprovado para recomendar a esta Câmara
menos discriminação nos investimentos na Freguesia Russas.

28/02/90

estendendo a disponibilidade existente no interior quatro dias entre sede e, por exemplo, a Cunhaiz.

Responderam o Sr. Presidente que em Alter o deputado se situa na estrada dos festejos e festejar do 1º encontro e, tal como em sede, no anelito dos trabalhadores agrícolas. A necessidade de habitações é maior em sede, parecendo-lhe que também na Cunhaiz existe muito desemprego.

O Presidente da mesa, Dr. Eugénio, perguntou se haviam discussões de festejos. O Presidente da Câmara responderam que sim e que festejou nomeado por si vereador e tanto intimo o festejamento de haverá.

Não havendo mais perguntas e fazer passar-se ao ponto da ordem do dia:

Pediu a palavra o deputado por São João de Rio Maior que se pusesse de imediato a discussão do ponto 6 e 7 da ordem de trabalhos, devido ao adiamento de horas, e se suspendesse os restantes pontos para tanto e decidir. Concorderam os deputados César, José António e Dr. Vaihinho. Os deputados Braga e João Agó consideraram-na em condições para discutir já os documentos submetidos à Assembleia, não sendo da menor opinião o deputado Calisto por haver sido conseguida a fotocópia das mesmas e ter aduzido ter o dever de discutir e o direito de discutir um documento apenas quando haja informação.

O Presidente da mesa próprio entab que se agendasse uma sessão para o dia 9 às 21 horas para discussão do ponto 2; 3; h 15 da ordem de trabalhos e que se fizesse de imediato a discussão do ponto 6 e 7. Posta a votação foi a mesma aprovada por maioria com um voto contra do deputado João Agó.

De seguida o deputado apresentou passar-se ao ponto 6 da ordem do dia segundo o Presidente da mesa e apresentar as propostas para definir o horário e seguir pelas Assembleias durante o próximo quatro dias.

Foram apresentadas três propostas: pelo deputado Dr. Vaihinho e de acordo com o que tem sido habitual foi proposta o horário

28/02/90

de começo das sessões às 21 horas no Entroncamento e 21,30 no Vila Real
sendo o limite a ser dividido em ordem de reuniões e sempre às
sextas-feiras. O deputado António Gomes propôs como dia de
reuniões a Quinta-feira à noite ou as sextas-feiras da
18 horas às 20 horas. O deputado Vilela só propôs que as
sessões se realizassem às sextas-feiras às 16 horas
devido ao facto de o deputado José Afonso trabalhar no Norte
e sair das Assembleias muito tarde. O Dr. Braga só pediu
à polémica para dizer que o horário proposto pelo P.S é
o melhor e aprovou-lo e acreditava estar a sessão
em curso, pois a hora adiantada, não lhe permitiu a
ele a discussão de assuntos complexos com a devida dis-
ponibilidade mental. A Dr. Melo disse um uso de plenário
ser-lhe difícil, sendo impossível comparecer nas sessões feitas
às 16 horas. O deputado Góis pediu à polémica e disse que
a hora de disponibilidade mental varia de pessoa para pessoa
e que o intuito destas discussões é o de maior conciliação
possível de horários, concordando com o horário proposto pelo
Dr. Vilarinho. O deputado Freixo achou que só se deve con-
ceder a estes lugares quem tiver a máxima disponibili-
lidade e credibilidade. A Presidente da Mesa disse que a Assem-
bleia só estaria a esquecer de uma parte imponentíssima
com a qual deve contar na sua ofício de horários -
a população - sugerindo que esta parte tão importante de
potenciais participantes na sessão não deixe de ser feita
em conta. O deputado José Afonso disse que a proposta pela
um horário diurno, concordava, podia parecer, mas não
era despropositada, porque é quando finge que os Sessões
de Assembleia só podem ser à noite. O deputado Góis
no uso da palavra concordou com a ideia lançada pelo
deputado Enguiça em pescar a proposta e chegou
a sugerir para a tentativa de conciliar horários propostos
e horários políticos, para ambos seja direito
nosso falar do trabalho para vir ao trabalho e vice-
versa, isso uniu e bem encerrou pelas entidades polémicas.

28/02/98

háis e uns uns para aqueles que trabalham para contas para que pode ser julgada. Quanto à falta de seriedade da que fizeram o deputado Bresser disse não concordava e preferiu interpretá-la como um delírio de bisognoso. O deputado Bresser pediu a palavra para dizer que os filhos da época seriedade se reportava apenas ao facto de ver muita gente a olhar para o relógio numha atitude insuficiente. Ainda em reunião a população disse o mesmo que quem tem de factos vontade de vir arrumar a sua reunião também o pode fazer das 16 às 20 horas. Pergun-
dou o Presidente da Mesa dizendo que quem vai chegar atrasado é presidente e presidente da Assembleia e dinâmica e vinculativa dentro, mas concordando que a preocupação sériamente a quanto do horário fosse isso poderia limitar muito uns uns aqueles que desejem arrumar. O deputado José Eduardo pediu a palavra para dizer que a população não aderiu a Assembleia porque a mesma não tem poder de decisão. Disse ainda que quem aqui está é certamente por espírito de marido da população e não pelo ministério que sente. O deputado Protólio pediu a palavra para levantar a questão de fiscalização ambiental descentralizada. O deputado José Andrade disse que a mesa havia já pensado no assunto sendo de opinião que sim devem ser feitas, não foram feitas, mas afirma quando a Assembleia tiver o entendimento quando os assuntos a tratar sejam do interesse específico dentro daquele frequência. O Presidente perguntou qual a medi-
dabilidade e seguir na votação. O Dr. Vieirinho pediu para votasse primeiro o dia e depois as horas o que foi acatado pelos deputados com doze votos a favor. Foi a votação tri-
partida e cada item votou como disseram com 1 voto
na Quinta-feira. Na sexta-feira houve votado o reunião a
reunião: Horários 16-20 - 5 votos a favor, 12 votos contra.
Horários 21 ou 21,30 obvi final a acordo: 11 votos a
favor, 6 votos contra. Ficou, pois, aprovado o horário que estipula o inicio das sessões para as 21 horas no horário da
manhã e 21,30 h. no horário da tarde com final a

28/02/90

zonder em cada sessão.

A Presidente lembrou entretanto que estava por discutir a questão de encerramento de faltas em cada sessão.

Após algumas discussões de suslise ao problema a Presidente da 2ª Mesa fezendo a conclusão das opiniões expostas, disse que as propostas possíveis abrangiam toda esta questão de modo a respeito do Regimento, isto é, nenhum deputado estaria impedido que lei de chegar à sede ou abandonar os trabalhos, sendo a questão de faltas feita, apenas se o deputado não comparecesse à reunião, ou quando, na falta de quórum, o mesmo não estivesse mais ministrado após o horário marcado. Pediu a falar ao Dr. Braga para dizer que ficou provado que isto é uma fonte constante de absentismo, e discussões e relaxamentos e que entona não possuímos estar contra o regimento. Disse o Regimento não conceber a falta de sentido ético e moral que os deputados restantes percam facultas.

O deputado José Antônio pediu a falar para dar o exemplo da Assembleia da República, não podendo também esta controlar a participação dos deputados sua na votação, quando discussões sob pena de se estar a ferir a lei. Tais afirmando que havia quórum para haver votação; disse. Com o acordo de todos o colectivo da 2ª Presidente de mesa foi encerrado este ponto de ordem de trabalhos, dando de imediato início ao 2º ponto que teve o envio da acta das reuniões do Executivo à Assembleia.

Pedir a falar o deputado Pedro sustinhu o envio das actas das sessões municipais para a mesa e uma acta para cada grupo político representado. A Presidente de mesa concordou fazendo a este o envio de uma acta da reunião feita a frente da Presidência e outra para a Biblioteca Pública.

O Dr. Vazinho concordou com o envio feito anteriormente lembrando que tem sido um e constante das Assembleias portuguesas este exigência, sem no entanto a mesma, algumas vez ter sido satisfeita com o resultado.

9/03/90

O Dr. Presidente disse no seu da falar que não em sua intenção
concessão de informações mas que considera de possibilidade de
utilizar de circulações das actas tal como proposto.

A Presidente de vez que fôr o intérprete e seu perpusto quando
e sempre a favor da sua imunidade.

Nos havendo mais vedes e descreverem duas e três horas
de wednesday, devo a Presidente por encarregado e servir
de que se levarem e presentes actas que vai ser divulgada

Assinatura
José Antônio da Costa Faria